

# **A mudança do clima pela ótica do desmatamento e da questão energética no Brasil**

*Mariana Luz<sup>1</sup>*

## **Introdução**

A mudança do clima se refere às modificações ocorridas no sistema climático do planeta que podem ser atribuídas diretamente a ações humanas. No caso do Brasil, embora o seu perfil de emissões seja diferenciado, o país e, em especial, a região amazônica, poderão ser um dos mais afetados. Além de ser um país com extensões territoriais grandiosas, a distribuição das emissões por região é desproporcional, em função do desmatamento na Amazônia – que concentra o maior percentual das emissões brasileiras.

Os aspectos mais profundos sobre a análise da mudança do clima são técnicos e científicos. Sendo assim, naturalmente, as discussões sobre suas causas e impactos são conduzidas por especialistas e não são de fácil compreensão para qualquer cidadão. Contudo, com a maior difusão sobre os riscos que o aumento das emissões de CO<sup>2</sup> podem causar, os mais diversos setores da sociedade têm procurado se conscientizar e contribuir para minimizar esses impactos.

“Resta-me a esperança de uma conscientização do homem de que ele não é o senhor de uma natureza que não vai acabar nunca. Ao contrário, depende dela para o seu equilíbrio e sua própria sobrevivência.” (Burlle Marx)

A fragilidade e a finitude do planeta se tornaram o centro das atenções nos últimos anos. A opinião pública tem se sensibilizado de que a mudança do clima é global, mas que decorre de processos cumulativos locais e que políticas devem seguir essa mesma linha de raciocínio. Na medida em que a COP-15 se aproximava, manifestações públicas da sociedade e dos setores produtivos no Brasil se intensificaram.

---

<sup>1</sup> Coordenadora Institucional do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) - Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O desmatamento da Amazônia representa a maior parcela da contribuição do Brasil no que concerne às emissões de gases de efeito estufa; por outro lado, sua matriz energética possui características particulares que colocam o país em posição privilegiada. Nesse sentido, considera-se importante o melhor entendimento sobre a política nacional do Brasil para esses dois temas que são de maior importância para a mitigação da mudança do clima.

### **Controle ao desmatamento na Amazônia**

A colonização da Amazônia se deu ao longo do século XVIII, com base no cultivo da cana-de-açúcar, e em seguida de outros gêneros de maior valor comercial, como a madeira, a borracha e produtos oriundos da caça e da pesca. Além disso, as riquezas hídricas, florestais e minerais da Amazônia são recursos naturais cuja exploração pode se dar de formas variadas. O ideal é que se respeite a realidade física e o equilíbrio ambiental. O papel do homem aqui é fundamental para a (não) manutenção dessa balança, pois a busca pelo interesse nacional em questões ambientais pode contribuir tanto para sua preservação como para sua destruição.

Em séculos anteriores, a Europa e os Estados Unidos destruíram suas florestas de maneira irrecuperável. Esse argumento foi utilizado diversas vezes pelos países em desenvolvimento, segundo os quais como essas regiões haviam destruído sua natureza, agora queriam proteger a Amazônia como forma de manter o chamado “pulmão do mundo” em funcionamento. Este último equívoco foi desfeito pelo cientista Jean Jacques Cousteau, que declarou:

“A Amazônia não é o pulmão do mundo. São os plânctons, fitoplânctons e microorganismos dos oceanos que absorvem o gás carbônico na atmosfera; uma função mais importante que a das florestas brasileiras. Esses microorganismos são destruídos pelos raios ultra-violetas que penetram pela camada fragilizada do ozônio”. (GASPARETTO, 1991, p. 40)

Desfeito o mito, a real riqueza que a Amazônia armazena é a biodiversidade. Segundo Thomas Lovejoy, em palestra proferida no Centro Brasileiro de Relações Internacionais, em junho de 2007, a importância da floresta amazônica é seu banco genético, ela é uma grande fábrica de produtos farmacêuticos e bioquímicos, contendo

30% do estoque genético do mundo. Sendo assim, o desmatamento da Amazônia, além de contribuir para o aquecimento global, elimina espécies vegetais e animais que são únicas e insubstituíveis e que poderiam vir a ser utilizadas para aprimorar a vida e a saúde humanas.

A Amazônia representa, hoje, o maior bloco de floresta tropical ainda existente no mundo, ocupando cerca de 5 milhões e meio de Km<sup>2</sup> de mata contínua. Desse total, 80% da floresta está preservada e 60% se encontra em terras brasileiras (MOUTINHO, 2009, p. 4). Estimativas apontam que 50% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil são provenientes do desmatamento, e o relatório do IPCC afirma que o desmatamento tropical deve ser drasticamente reduzido. Florestas tropicais têm grande capacidade de armazenar carbono e uma das melhores formas de minimizar os impactos do aquecimento global é mantendo-as intactas (STERN, 2006, p. 5).

O desmatamento ocorre primeiramente em madeira de lei, cujo valor de mercado é lucrativo; contudo, depois disso, a queima é de madeira sem valor comercial. Além de deixar de capturar o carbono, a fumaça oriunda da queima das florestas aumenta a emissão de GEE na atmosfera. Segundo Israel Vargas (2009), não há exploração sustentável na Amazônia, pois a madeira de lei é a única que tem valor econômico; depois de derrubada o resto da floresta perde valor e gera pressão para desmatar o resto que é ocupado por pasto ou plantações. Embora afirme-se que é possível reconstituir uma floresta em 40 anos, no caso da madeira de lei leva-se entre 200 e 400 anos. Para o ex-ministro, a maneira de conservar a Amazônia é não mexer em nada e estudá-la, o seu futuro depende do conhecimento científico daquilo que ali está. O verdadeiro potencial fitoquímico, farmacêutico e da engenharia genética das flores e dos frutos não está mapeado, mas isso leva tempo e pesquisa, é um investimento de longo prazo. Além do desmatamento, dois outros problemas que envolvem a questão ambiental amazônica são o garimpo e a intervenção nas terras e na cultura indígena.

O mapeamento do desmate na Amazônia é feito de acordo com diversas metodologias e por instituições distintas. Historicamente, nas décadas de 80 e 90, o desmatamento foi em média 20 mil Km<sup>2</sup>, período no qual houve o maior índice de mata derrubada, em 1995, de 29.059 Km<sup>2</sup> (MOUTINHO, 2009, p. 2). Nessa última década, seguindo a expectativa de conscientização, assim como de pressão da sociedade e do governo para o maior controle, possivelmente haverá uma redução na média. Contudo, o pico de desmatamento em 2004 foi de 27.400 Km<sup>2</sup>, similar ao da década anterior. Nos últimos anos, a redução é significativa, 11.532 Km<sup>2</sup> em 2007 e 12.911 Km<sup>2</sup> em

2008. A estimativa para 2009 é que a taxa fique em torno de 10 mil Km<sup>2</sup> desmatados (MOUTINHO, 2009, p. 2). Em uma perspectiva de década, esta última seria dividida entre a primeira fase negativa, na qual entre 2000-2004 a média foi de 20 mil Km<sup>2</sup> de desmate; e a segunda mais positiva, na qual entre 2005-2009 a média deverá girar em torno de 13 mil Km<sup>2</sup>. Embora os dados apontem para uma redução positiva, Tollefson (*Apud* MOUTINHO, 2009) ressalta uma nova preocupação para o desmatamento atual, que se dá em áreas de florestas mais densas e, por sua vez, geram um volume de emissões de carbono superior por hectare desmatado.

A planilha abaixo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostra que o ano de 2009 superou as expectativas do desmatamento e deverá permanecer na ordem de 7 mil Km<sup>2</sup> de desmatamento. Para os ambientalistas uma celebração real só deve ocorrer quando o Brasil alcançar o desmatamento-zero, não se pode negar que houve avanços significativos. Há consenso sobre o combate ao desmatamento ser o melhor caminho para o Brasil trilhar no combate à mudança do clima. Para tanto, são necessárias políticas governamentais de controle e fiscalização; mas a sociedade também pode tomar medidas que muitas vezes se mostram mais ágeis que as públicas, como estabelecer padrões de consumo que exijam produtos que não contribuam para o desmatamento.

### Taxa de desmatamento anual na Amazônia Legal (km<sup>2</sup>/ano)

	#imgs / ano									
	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09 (d)
			161	191	207	211	211	213	216	92
<b>Estados\ Ano</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09 (d)</b>
Acre	547	419	883	1078	728	592	398	184	254	211
Amazonas	612	634	885	1558	1232	775	788	610	604	406
Amapá		7	0	25	46	33	30	39	100	0
Maranhão	1065	958	1014	993	755	922	651	613	1272	980
Mato Grosso	6369	7703	7892	10405	11814	7145	4333	2678	3258	1047
Pará	6671	5237	7324	6996	8521	5731	5505	5425	5606	3687
Rondônia	2465	2673	3099	3597	3858	3244	2049	1611	1136	505
Roraima	253	345	84	439	311	133	231	309	574	116
Tocantins	244	189	212	156	158	271	124	63	107	56
<b>Amazônia Legal</b>	<b>18226</b>	<b>18165</b>	<b>21394,29</b>	<b>25247</b>	<b>27423</b>	<b>18846</b>	<b>14109</b>	<b>11532</b>	<b>12911</b>	<b>7008</b>

Tabela 1 (Fonte INPE, 2009).

O desmatamento gera um efeito negativo na sociedade brasileira que pode ser classificado em três vertentes. A primeira e mais evidente é a destruição dos recursos naturais, por meio da invasão e debilitação das florestas. O segundo é o aumento proporcional da economia informal que vai desde a empregabilidade do extrator, ao vendedor e ao comprador dos produtos provenientes do desmate. O terceiro e último é que ele desmoraliza a autoridade pública e as legislações existentes, abrindo espaço para a proliferação de outras atividades ilícitas, como a corrupção e o contrabando. (VIOLA, 2009b, p. 27)

Especialistas apontam para a necessidade de se tornar a floresta em pé mais valiosa como o melhor mecanismo de combater o desmatamento na Amazônia. Além da derrubada para uso da terra, seja para pasto ou plantação, também existe derrubada de árvores para extração de madeira que, ainda que não seja tão lucrativa como a de lei, encontra mercado e, portanto, continua sendo extraída. Tornar a floresta em pé mais valiosa significa encontrar um atrativo ou uma compensação econômica pela opção de preservá-la, a exemplo do mecanismo de Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação de florestas (REDD), no qual os proprietários das terras em fase de desmate receberiam verba equivalente a que adquiririam ao desmatá-las.

A legislação ambiental brasileira é uma das mais completas e protecionistas que existe; ela precede e foi consolidada após a instauração da República. Contudo, o argumento de que a degradação ambiental em favor do interesse socioeconômico tem se mantido presente ao longo da história, de maneira desafiadora e infratora à legislação vigente. Não há eficácia na administração pública dessa legislação. Se o Brasil fosse capaz de fazer valer os instrumentos jurídicos de proteção ambiental que possui, como, o Código Florestal<sup>2</sup>, pouco necessitaria ser feito para o combate ao desmatamento. Portanto, a maior parte das emissões do Brasil não correspondem às atividades produtivas, mas às atividades de descumprimento da lei.

Muito embora o governo brasileiro esteja empenhado em encontrar uma solução internacional para a mudança do clima, o país possui vantagens naturais e históricas particulares em relação às emissões de CO<sup>2</sup>. A Amazônia é o principal elemento que envolve os dois aspectos; por um lado, representa uma das maiores reservas naturais do planeta, com a mais rica biodiversidade do mundo e importante papel no ciclo do

---

<sup>2</sup> O Código Florestal brasileiro classifica a preservação de florestas que estão às margens dos rios de reservas naturais, de proteção das ferrovias, de defesa do território nacional, de conservação dos valores estéticos, científicos ou históricos, de proteção de fauna e flora, de bem-estar público, e de áreas metropolitanas.

carbono planetário; por outro, se coloca como o grande desafio do Brasil na redução de emissões provenientes do desmatamento.

Para o embaixador Luis Felipe Lampreia (2009), o controle do desmatamento na Amazônia é um dos maiores problemas que o Brasil enfrenta hoje, sendo necessária uma reavaliação dos instrumentos de controle e fiscalização. Em setembro de 2009, na véspera da Assembleia Geral das Nações Unidas, o secretário-geral da Organização, Ban Ki-Moon, criticou o Brasil por não ter uma política clara de combate ao desmatamento. Segundo ele, o Brasil não pode mais manter o argumento de soberania nacional para impedir ajuda externa na questão amazônica.<sup>3</sup>

Um mecanismo que tem avançado é o monitoramento das florestas amazônicas, em tempo real, via satélite. O primeiro satélite brasileiro foi lançado em órbita em 1993, para a obtenção de dados ambientais, segundo dados do Ministério da Ciência e Tecnologia. Hoje, o programa espacial brasileiro está muito mais avançado. Com a utilização dessas ferramentas e medidas de controle e fiscalização adequadas é possível reduzir a pressão antrópica sobre a Amazônia e o desmatamento. Contudo, segundo Israel Vargas (2009), o Brasil e os demais países em desenvolvimento não vão insistir no “forjão transferência de tecnologia”: isso seria ingenuidade, pois tecnologia tem um preço e custa caro, portanto, ela é vendida.

O embaixador Marcos de Azambuja afirmou, em evento do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, no dia 14 de outubro de 2009, que está otimista com a posição brasileira em indicar que se comprometerá com significativa redução do desmatamento da Amazônia até o ano de 2020. Segundo ele, essa foi uma conquista da sociedade, foram as ONGs que levaram o Governo a assumir essa posição, que considera, além de correta, a melhor solução para o Brasil e a maior contribuição que ele pode oferecer para a questão climática. Havendo uma harmonização ambiental no Brasil, o país pode oferecer medidas de grandes impactos, sem gerar ônus expressivos.

### **Especificidades da matriz energética brasileira**

O perfil de emissões de CO<sup>2</sup> do Brasil é inverso ao do resto do mundo. Os dados oficiais disponíveis datam de 2005 e apontam que 24% das emissões de CO<sup>2</sup> do Brasil

---

<sup>3</sup> Jornal O Estado de São Paulo, 23 de setembro de 2009.

se refere ao uso de combustíveis fósseis e 76% advém do uso da terra, a exemplo do desmatamento<sup>4</sup>. A matriz energética do Brasil, além de limpa, é utilizada como modelo para outros países. O Brasil foi pioneiro no uso de energias renováveis, como o etanol, e aproveitou seus recursos hídricos e investiu em hidroelétricas, que possuem baixo teor de emissões e correspondem a percentual significativo das fontes de energia do país. Para o embaixador Luis Felipe Lampreia (2009), o Brasil possui excelentes credenciais para atuar de forma pró-ativa nas negociações sobre clima, uma vez que sua matriz energética é gerada por hidroelétrica, o programa de etanol tem contribuído de forma crescente à limitação de emissões de CO<sub>2</sub> e o país é inovador em formas de utilização energética, a exemplo da energia de biomassa, com o Pró-alcool.

“Esse perfil se deve a uma matriz energética de baixa intensidade de carbono, com alta proporção de hidroelétricas na geração de eletricidade, e à crescente importância dos biocombustíveis, particularmente pela substituição da gasolina pelo etanol.”  
(Viola, 2008, p. 50)

A matriz energética do Brasil possui vantagens comparativas em relação a outros países, em função de ter grande participação de fontes de energia renováveis, sobretudo a hidráulica e a de produtos de cana de açúcar, mas também a elétrica, a solar, a eólica, e o carvão vegetal. Entre as fontes não-renováveis, destaca-se o petróleo e seus derivados; em seguida, mas ainda muito distante o gás-natural, e ainda o carvão mineral, o urânio e as fontes elétrica e térmica. Segundo o ex-ministro Israel Vargas (2009), o consumo de energia é o melhor indicador sobre a atividade geral da sociedade, pois é um elemento de estudo que acompanha seus avanços e retrações. Uma fonte de energia pouco utilizada e que poderia ser melhor explorada na busca de uma possível solução para a questão climática é a nuclear.

Dados do Balanço Energético Nacional (BEN) de 2008<sup>5</sup>, cujo ano base é 2007, distribuídos na tabela abaixo, mostram que quase metade da produção de energia no Brasil é constituída de fontes renováveis. A cana-de-açúcar é a segunda fonte primária de energia no Brasil, o que ocorre devido aos avanços no uso do etanol e do bagaço da cana. Dentre os renováveis, a energia hidráulica permanece como a segunda grande fonte brasileira. Os últimos dados apresentam leve queda na produção de petróleo, em relação aos dois últimos anos. Contudo, as previsões são de crescimento nesses índices, dadas as descobertas de novas e promissoras reservas de petróleo na costa brasileira, o

---

<sup>4</sup> MCT, 2009.

<sup>5</sup> Disponível em <http://www.mme.gov.br> Acesso em 17 de julho de 2009.

pré-sal. Ademais, nota-se que o potencial brasileiro em energias eólica e solar ainda é pouco explorado. Outra fonte energética analisada como opção menos intensa em carbono é a nuclear. Há no Brasil tecnologia e técnicas de enriquecimento de urânio, assim como reatores eficientes que permitem uma produção segura da energia nuclear. O principal problema apresentado é o lixo atômico, que ainda não está totalmente equacionado. O custo também é alto, em função da necessidade de proteção extrema para que se evite toda e qualquer possibilidade de um acidente nuclear – motivo pelo qual instituições como o Greenpeace se posicionam veementemente contra a produção desse tipo de energia, embora ela seja colocada como alternativa viável para equacionar emissões de GEE.

### I Produção de Energia Primária

Identificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	%
<b>Não Renovável</b>	<b>45,8</b>	<b>48,2</b>	<b>52,0</b>	<b>53,4</b>	<b>55,0</b>	<b>53,1</b>	<b>52,2</b>	<b>52,7</b>	<b>52,6</b>	<b>51,3</b>	
Petróleo	36,5	38,7	41,6	42,7	43,1	42,1	40,3	42,0	42,1	40,6	
Gás Natural	7,7	8,1	8,6	8,9	8,8	8,5	8,9	8,8	8,3	8,1	
Carvão Vapor	1,5	1,4	1,7	1,4	1,1	1,0	1,1	1,2	1,0	1,0	
Carvão Metalúrgico	0,0	0,0	0,1	0,4	1,9	1,5	1,9	0,7	1,1	1,6	
Urânio (U306)	0,0	0,0	0,1	0,4	1,9	1,5	1,9	0,7	1,1	1,6	
<b>Renovável</b>	<b>54,2</b>	<b>51,8</b>	<b>48,0</b>	<b>46,6</b>	<b>45,0</b>	<b>46,9</b>	<b>47,8</b>	<b>47,3</b>	<b>47,4</b>	<b>48,7</b>	
Energia Hidráulica	18,1	17,2	17,1	14,7	14,1	14,3	14,5	14,5	14,2	14,4	
Lenha	15,4	15,1	15,0	14,3	13,6	14,1	14,8	14,2	13,5	12,8	
Produtos da Cana-de-Açúcar	18,2	16,8	13,0	14,6	14,5	15,4	15,4	15,5	16,6	18,1	
Outras Renováveis	2,5	2,7	2,9	3,0	2,9	3,1	3,1	3,2	3,2	3,4	
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	

Tabela 2 (Fonte: MME – Balanço Energético Nacional, 2008).

Se comparada à composição mundial, a matriz energética brasileira se destaca como exceção, dada sua grande participação de fontes renováveis de energia. Dados do BEN identificam que 45,9% da oferta interna de energia no Brasil foi de fontes renováveis, ao passo que a média mundial foi de 12,9% e nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 6,7%, conforme mostra o gráfico abaixo. Esse perfil é certamente atribuído à expressiva participação da biomassa e da hidroeletricidade.



Oferta Interna de Energia  
Estrutura de Participação das Fontes Renováveis e Não Renováveis  
Brasil, Países da OCDE e Mundo  
2006 E 2007

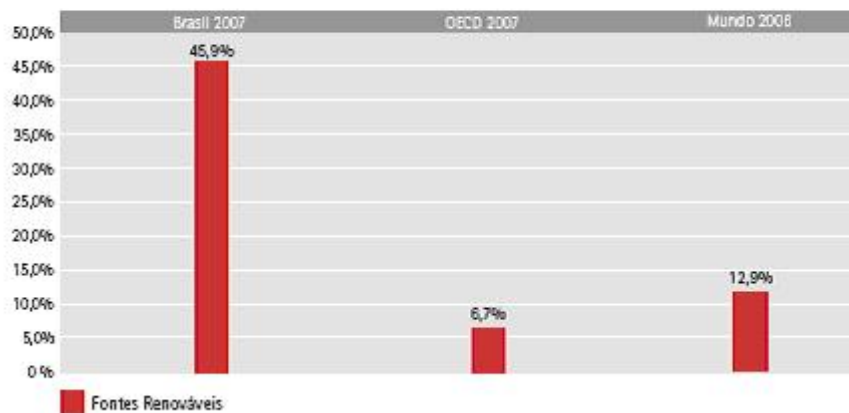


Gráfico 8 (Fonte: MME – Balanço Energético Nacional, 2008).

O diferenciado perfil da matriz energética brasileira contribui para que as emissões de gases de efeito estufa desse setor sejam comparativamente baixas em relação aos países desenvolvidos. O gráfico a seguir mostra que os países não-membros da OCDE já ultrapassaram os países da OCDE no montante de emissões de CO<sub>2</sub>, e as projeções apontam para um aumento desse distanciamento. Por um lado, isso está previsto pelos instrumentos climáticos criados, na medida em que os países desenvolvidos têm de cumprir metas de redução e os países em desenvolvimento, não. Contudo, tanto o aumento dos países não OCDE quanto o do total mundial são preocupantes, vez que estariam significativamente superiores aos níveis de 1990, que tem sido o ano de referência dos acordos e sobre o qual previa-se uma redução.

I Emissões de Dióxido de Carbono  
Evolução e Cenários das Emissões de CO<sub>2</sub>  
Mundo, Países Membros da OECD E Não-Membros  
1990 a 2030

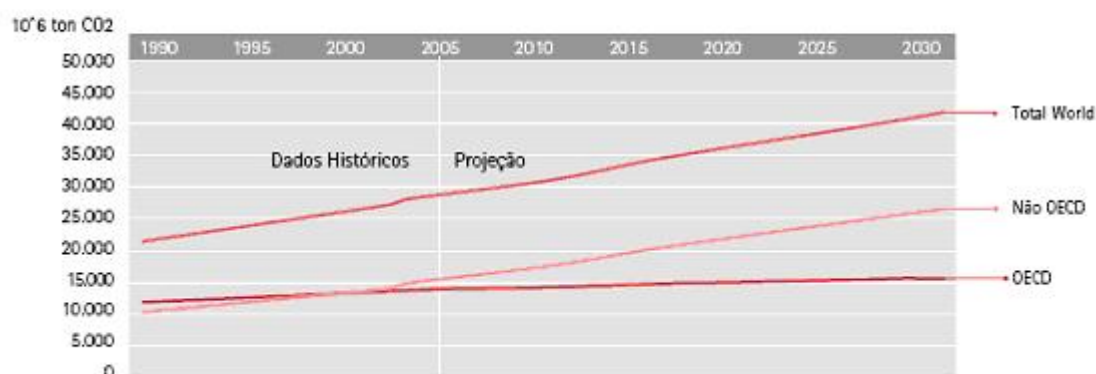


Gráfico 9 (Fonte: MME – Balanço Energético Nacional, 2008).

Independentemente das fontes de produção, a distribuição do uso da energia no Brasil é feita de acordo com os setores. Dentre eles, os que mais contribuem para as emissões de GEE são o setor de transportes e o setor industrial – juntos representam 70% das emissões de carbono provenientes de atividades energéticas. Nesse sentido, embora a matriz energética brasileira seja considerada limpa, existe campo para a redução de emissões de CO<sub>2</sub> nesses segmentos da economia, assim como no combate desmatamento. A possibilidade negativa que pode se tornar uma variável e que se tenta evitar é que haja uma inversão da utilização desses recursos, de modo a intensificar as emissões, sob o argumento de promover o desenvolvimento do país.

### Considerações finais

O tema da mudança do clima está sendo inserido no sistema político brasileiro, mas ainda não foi completamente internalizado. Para tanto, o Brasil tem buscado centrar seus esforços na manutenção e na ampliação de sua matriz energética limpa, bem como na contenção do desmatamento da Amazônia.

No decorrer do debate pré-COP15, em meio a pressões internacionais dos países desenvolvidos para que os principais países emergentes, sobretudo China, Brasil e Índia, adotassem medidas concretas para redução de GEE – bem como a pressões

internas da sociedade civil organizada, do setor privado e da academia – o governo brasileiro lançou em novembro de 2009 suas propostas para a Conferência de Copenhague. Com isso, o papel do Brasil mudou e ele assumiu uma posição intermediária entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, colaborando de forma construtiva para o processo negociador. O Brasil agora é visto como o facilitador do processo internacional, uma vez que já se comprometeu em cumprir compromissos mais ambiciosos do que lhe é obrigatório, na busca de angariar novos aderentes ao caminho traçado por ele.

Contudo, a nova política climática apresentada pelo governo brasileiro em novembro de 2009 não representa nenhuma mudança no marco regulatório. O principal esforço apresentado pelo país se dá em relação ao uso da terra e o governo brasileiro sinalizou que o ideal será receber ajuda dos países desenvolvidos para atingir esta meta. Vale destacar que essa redução não se dará em relação aos valores de emissões atuais do Brasil. Ela se baseia na redução de um cenário futuro, de uma projeção tendencial, de modo que ela somente diminui a curva de crescimento de emissões do país. Com isso, o Brasil se compromete voluntariamente a não aumentar suas emissões entre 36,1% e 38,9%, conforme as projeções em relação ao crescimento do país sobretudo em uso da terra, agropecuária e energia. Ademais, como o maior percentual está concentrado em uso da terra, poucos serão os custos para a sociedade, que não precisará mudar seus hábitos cotidianos para que o país atinja o compromisso assumido.

Com a nova política brasileira, o país levou a Copenhague tanto a meta de reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% e do cerrado em até 40% até 2020 – prevista pelo Plano Nacional –; como a de reduzir seu total de emissões entre 36,1% e 38,9% (Proporção de Redução). Desta maneira, o Brasil passa a contribuir para a construção de um consenso, mostrando que está disposto a assumir ações que vão além da sua responsabilidade histórica e do tradicional interesse nacional do país. No entanto, o governo brasileiro também tem se posicionado no sentido de que essas medidas não devem ser consideradas como uma imposição de condições aos demais países em desenvolvimento, foi uma ação voluntária do Brasil.

Um fator surpreendente da nova política climática apresentada pelo Brasil foi ter a Ministra Dilma Rousseff como a porta-voz do governo para a questão climática e de chefe da delegação brasileira durante a COP-15, em Copenhague. A Ministra Dilma sempre foi vista como a ministra desenvolvimentista, cujo grande objetivo era executar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentro de um cronograma

rigoroso, motivo pelo qual teve sérios embates com a ex-Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, que defendia maior rigor das obras no que se referia a licenças ambientais. O resultado dos embates foram a renúncia da ex-Ministra, que desde então tem criticado publicamente o desenvolvimentismo do governo Lula, que coloca questões ambientais em segundo plano. Independente desses embates, as pressões domésticas e internacionais foram crescentes e levam o Brasil a abandonar o discurso desenvolvimentista, em prol da adoção de uma política pró-ativa para o combate à mudança do clima. Ainda que haja uma politização da questão climática, desde que isso mova o governo brasileiro e os demais países a adotarem medidas de pró-atividade em relação ao tema, o saldo final se torna positivo.

O principal desafio de Copenhague foi fazer com que os países assumissem uma posição de liderança, apresentassem propostas concretas e estabelecessem compromissos com a mitigação da mudança do clima. Ao contrário, o ato político foi grande, mobilizou-se chefes dos principais Estados do globo, diversas propostas foram elaboradas e lançadas no processo negociador, mas não se alcançou consenso.

Muito embora a reunião de Copenhague não tenha alcançado os resultados esperados, uma vez que a Conferência não produziu nenhum acordo entre as Partes, pode-se dizer que foi um marco do novo caminho desse processo para a política externa do Brasil em relação à mudança do clima. Se a COP-15 não definiu os novos rumos do processo negociador, ao menos a mobilização internacional e da sociedade foi a maior possível e houve muitos avanços ocorridos no plano interno dos países. Com isso, a expectativa para a COP-16, a ser realizada em dezembro de 2010, no México.